

Para a Anbid, imposto não resolve déficit

O presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (Anbid), Ary Waddington, comentou ontem o anunciado pacote econômico do governo, dizendo que "não adianta nada fazer cortes nos gastos públicos de forma a manter as apariências — alimentação, cartões de crédito, merenda escolar —, quando há uma massa de cortes possível e efetiva nos seus resultados, inclusive os de pessoal inefficiente ou fantasma". Para ele, é "uma pena que mais uma vez se procure resolver o problema do déficit fiscal por meio do aumento da arrecadação de impostos, em lugar de controlar as despesas e dispêndios".

Após destacar que, apesar dessas restrições, considera o aumento de impostos "socialmente mais justo do que a emissão inflacionária de dinheiro", o presidente da Anbid ponderou: "O mesmo rigor do governo para buscar novas receitas através de impostos deve ser aplicado no controle da sua própria capacidade de criar despesas. Em caso contrário, daqui a seis meses novos impostos terão de ser criados para compensar os gastos crescentes do setor público".

O banqueiro classificou de "tar-dias" as recentes propostas do presidente do Banco Central, Carlos Langoni, quanto ao corte de subsídios, livre negociação salarial e retorno do open market às suas funções originais de "enxugador" do mercado de dinheiro, entre outras.

"Apóio as idéias apresentadas por Langoni" — disse o presidente da Anbid —, "mas deveriam ter sido transformadas em medidas concretas há dois anos". Disse "não ter ouvido nada" sobre a demissão de Langoni por suas declarações de que "o modelo econômico é socialmente perverso".

Dois pontos considerados importantes pelo banqueiro são a capitalização da empresa privada nacional — "cuja debilidade traz prejuízos embutidos na contabilidade dos bancos" — e formas de auxílio aos desempregados, "sob risco de uma convulsão social". Na sua opinião, se o governo corta Cr\$ 3 trilhões de subsídios, pode usar uns Cr\$ 500 bilhões desse total para atingir esses objetivos. O banqueiro concordou com o senador Roberto Campos, segundo o qual o acordo PTB-PDS para as áreas salarial e trabalhista é "irrealista".

Entre as anunciadas medidas do "pacote" econômico apoiadas por Waddington, ele destacou o imposto de 3% na fonte para aplicações de pessoas físicas e jurídicas no "open market", pois a seu ver o open "está sendo utilizado em demasia para cobrir gastos que deveriam ser sustentados por dívidas de longo prazo e não pelo 'overnight'; a redução ou eliminação do Imposto sobre Operações Financeiras e a reforma das funções do Banco Central, que passaria exclusivamente a autoridade monetária; e do Banco do Brasil, transformado em órgão de fomento e com atuação normal no mercado como banco comercial. "Não tememos o Banco do Brasil se ele concorrer em termos de mercado, em vez de receber dinheiro a custo zero do governo e aplicá-lo a 60%", disse o presidente da Anbid.